

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.068 - SC (2019/0256171-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : WETZEL S/A
ADVOGADOS : DANIEL BURCHARDT PICCOLI - RS066364
Carolina Miguez de Almeida - SC099869
INTERES. : CACHOEIRA ARRENDAMENTOS E ARMAZENS GERAIS LTDA
ADVOGADO : THOMAS MULLER - RS061367
INTERES. : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO : WILLIAM CARMONA MAYA - SC039822
INTERES. : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA
CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADO : FERNANDO RUDGE LEITE NETO - SC041376
INTERES. : NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA
ADVOGADO : ALI MUSTAFA ATYEH - SC034748
INTERES. : SI GROUP CRIOS RESINAS S.A
ADVOGADO : ROSANA DE SEABRA - SP098996
INTERES. : SERVE COMERCIO E SERVICO DE COMPRESSORES LTDA
ADVOGADO : FÁBIO SIEDSCHLAG DE MATOS - SC021113
INTERES. : A T I BRASIL - ARTIGOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO : ANA CAROLINA DE AVILA - RS061251
INTERES. : HIDRAMAVE COMERCIO DE PROD HIDRAULICOS E VEDACOES
LTDA
ADVOGADO : SUZANE SCHMIDT DUARTE - SC024479
INTERES. : VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A
ADVOGADO : LEANDRO BRUNO FERREIRA DE MELLO SANTOS - SP298335
INTERES. : COMERCIAL COMETA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : RICARDO ALVES DE OLIVEIRA FILHO - MG083041
INTERES. : VITAL AUTOMAÇÃO LTDA
ADVOGADO : RENATO ALMEIDA COUTO DE CASTRO JUNIOR - SC017801
INTERES. : EVAPCO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO : ADRIANA PATAH - SP090796
INTERES. : V.W. TORNEARIA LTDA
ADVOGADO : HIPOCRATES FERNANDES - SC007671
INTERES. : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : RUI CLÁUDIO DE CARVALHO - SC007300
LUIZ CARLOS VERDIERI JUNIOR - SC013061
INTERES. : QUALYS AMBIENTAL LTDA
ADVOGADO : RODRIGO GAZZANA DE ALMEIDA - SC013295
INTERES. : BRADESCO SEGUROS S/A
INTERES. : BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADOS : LUIZ TRINDADE CASSETTARI - SC002794
MÁRCIA NOAL DOS SANTOS - SC021219
INTERES. : TERMOSINTER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Superior Tribunal de Justiça

ADVOGADO INTERES.	: HARRISON ENEITON NAGEL - RS063225
	: TECHNOUSI ALMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS E USINAGEM LTDA
ADVOGADO INTERES.	: FREDERICO BOLGAR - SP235818
	: TYROLIT DO BRASIL LTDA
ADVOGADO INTERES.	: ROBERTO GREJO - SP052207
	: A. SILVA FERRAGENS LTDA
ADVOGADO INTERES.	: LAÉRCIO HAROLD DO BAUER - SC024811
	: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADO INTERES.	: MAURO XAVIER MILAN - SC033020
	: RFR COMERCIO E RECICLAGEM DE RESIDUOS LTDA
ADVOGADO INTERES.	: IVAN HENRIQUE MORAES LIMA - SP236578
	: ANGLO AMERICAN NIQUEL BRASIL LTDA
ADVOGADO INTERES.	: RAFAEL BERTACHINI MOREIRA JACINTO - SP235654
	: COMERC COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA
ADVOGADO INTERES.	: LUCIANA RACHEL DA SILVA PORTO - SP155056
	: METAQUIMICA LABORATORIO LTDA ME
ADVOGADO INTERES.	: EGON TRAPP JÚNIOR - SC017695
	: ROBERT BOSCH LIMITADA
ADVOGADO INTERES.	: RUI FERREIRA PIRES SOBRINHO - SP073891
	: NORTEC-GUINDASTES NORTE CATARINENSE LTDA
ADVOGADO INTERES.	: JÚLIO MAX MANSKE - SC013088
	: TRANSPORTADORA PLIMOR LTDA
ADVOGADO INTERES.	: RICARDO AMADO CIRNE LIMA - RS033605
	: FORTTOOLS COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA - EPP
ADVOGADO INTERES.	: GUILHERME AQUINO REUSING PEREIRA - SC033209
	: FUNDIMAZZA IND E COM DE MICROJUNDIDOS LTDA
ADVOGADO INTERES.	: LUCIANA JOIA ARANHA BOTEON - SP109585
	: INDUSTRIA MECANICA KONDOR LTDA
ADVOGADO INTERES.	: GABRIELA GERMANI - SP155969
	: MUNICÍPIO DE JOINVILLE
ADVOGADO INTERES.	: RAIMUNDO GONCALVES MALTA - SC009752
	: COMPONENTES ELETRONICOS DO SUL LTDA EPP
ADVOGADO INTERES.	: NELIO ABREU NETO - SC025105
	: THIAGO AUGUSTO DIAS SIMAO
ADVOGADO INTERES.	: LUÍS HENRIQUE PINTO LOPES - SC020901
	: GENESIS DEVICES E EQUIPAMENT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO INTERES.	: PATRICIA KRASILTCHIK OLSZEWER - SP234843
	: JONATHA CARLOS DE LIMA
ADVOGADO INTERES.	: ALEXANDRE FUCHTER - SC012729
	: VITÓRIA PROVEDORA LOGÍSTICA LTDA
ADVOGADO INTERES.	: CARLOS EMÍLIO JUNG - SC008275
	: M. C. FIL TECNOLOGIA DE FILTRAGENS LTDA
ADVOGADO	: MORGANA CRISTINA TONDIN VIEIRA - RS066000

Superior Tribunal de Justiça

INTERES. : SULINA DE METAIS SA
ADVOGADO : LISIE NEVES SCHREINERT - RS082199
INTERES. : HANNA INDUSTRIA MECANICA LTDA
ADVOGADO : DANIELA GULLO DE CASTRO MELLO - SP212923
INTERES. : POLYLINE COMERCIAL EIRELI ME
ADVOGADO : ROBERTA SCHNEIDER WESTPHAL - SC016363
INTERES. : PRECISAO GLOBAL DE COBRANCAS LTDA
ADVOGADO : JACKSON ANDRÉ DE SÁ - SC009162
INTERES. : COINVALORES CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO : GISELIS DARCI KREMER - SC020499
INTERES. : ICA LIGAS DE ALUMÍNIO LTDA
ADVOGADO : ALEXANDRE LUIZ RODRIGUES FONSECA - SP218530
INTERES. : LUVIDARTE INDUSTRIA DE VIDROS E ILUMINACAO LTDA
ADVOGADO : JOSÉ DONIZETE SEBASTIÃO - SP283378
INTERES. : CIA INDUSTRIAL H CARLOS SCHNEIDER CISER
ADVOGADO : VITOR LEONARDO SCHULZE - SC036268
INTERES. : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADO : JULIANO RICARDO SCHMITT - SC020875
INTERES. : IMPORTADORA DE ROLAMENTOS RADIAL LTDA
ADVOGADO : FELIPE ALEXANDRE VIZINHANI ALVES - SP235380
INTERES. : SINDICATO DOS TRABALHADORES METALURIGICOS E NA
INDUSTRIA DO MATERIAL ELETRICO DE JOINVILLE
ADVOGADO : ALMIR ROGÉRIO DO NASCIMENTO - SC027090
INTERES. : COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS
ADVOGADO : LUCIANO PORTO - SC021583
INTERES. : GARUVA ABRASIVOS LTDA
ADVOGADO : CELSO ROBERTO EICK JUNIOR - SC014734
INTERES. : HÉRCULES MOTORES ELÉTRICOS LTDA
ADVOGADO : ALINE HINCKEL HERING - SC031382
INTERES. : RECUPERE - SERVICOS DE COBRANCA LTDA
ADVOGADO : CRISTIANE BERGER GUERRA RECH - PR039889
INTERES. : FÁBIO MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : PETER GAMBETA - SC028157
INTERES. : TRATHO METAL QUIMICA LTDA
ADVOGADO : EDSON BALDOINO JUNIOR - SP162589
INTERES. : TOTVS S.A
ADVOGADO : MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES - SP175513
INTERES. : KROMI LOGISTICA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : EDUARDO FABRICIO TEICOFSKI - SC017580
INTERES. : FUNCIONAL CARD LTDA
ADVOGADO : THIAGO MUNIZ DOS SANTOS - SP312577
INTERES. : VINICIUS DAHER DOS SANTOS
ADVOGADO : MANUELA FERNANDA GONÇALVES FERREIRA - SC022684
INTERES. : KONARDI FERRAMENTARIA LTDA

Superior Tribunal de Justiça

ADVOGADO : JONATHAN ZAGO APPI - RS069868
INTERES. : HOUGHTON BRASIL LTDA
ADVOGADO : IVAN MENDES DE BRITO - SP065883
INTERES. : TM BREVO INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS
OPERATRIZES LTDA
ADVOGADO : THAIS DE FATIMA DOS SANTOS - SP344609
INTERES. : JOAO ANDRE REICHERT
ADVOGADO : DIRCEU CARDOSO JUNIOR - SC041230
INTERES. : RASTRA SOLUÇÕES LOGÍSTICAS LTDA
ADVOGADO : JOSÉ ELVES MORASTONI - SC006519
INTERES. : INDUSTRIAS ROMI S A
ADVOGADO : LUCIANA MARIA VIDAL BALAN - SP243799
INTERES. : JAV AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO : NATHALIE LUIZA REIS - SC026346
INTERES. : PEREIRA E PEREIRA CONSULTORIA JURIDICA E ADVOCACIA
ADVOGADO : ALEXANDRE RECH - PR037887
INTERES. : RECICLAVEIS METAIS EIRELI
ADVOGADO : MAICON GONÇALVES DE JESUS - PR045021
INTERES. : DERLI DA COSTA DUARTE
ADVOGADO : CINARA FARIAS ROCHA - SC028176
INTERES. : FUNSA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : FABIANA DE BRITO SAVIANO - SP140225
INTERES. : VILMAR JUNIOR BERNARDES
ADVOGADO : BRUNNO COUTINHO DE FREITAS - SC020289
INTERES. : EDEMILSON CARDOSO
ADVOGADO : RODRIGO FRAZÃO - SC029717
INTERES. : FERRAMENTARIA SCHERER LTDA
ADVOGADO : YURI EMANOEL LOPES ALVES - SC018842
INTERES. : BB-PREVIDENCIA FUNDO DE PENSÃO BANCO DO BRASIL
ADVOGADO : FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ - SC021419
INTERES. : SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S/A
ADVOGADO : LETICIA BITTENCOURT PEREIRA ESTECHE - SC020131
INTERES. : ALFREDO GILSON DE NASCIMENTO
ADVOGADO : JÚLIO SÉRGIO FREITAS - SC003217
INTERES. : WIRE METAIS LIMITADA
ADVOGADO : JOAO ALBERTO DE CARVALHO JUNIOR - SP235835
INTERES. : COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO
ADVOGADO : FLÁVIO AUGUSTO BOREGGIO MELARA - SC015526
INTERES. : EDINALDO DE SOUZA STEINER
ADVOGADO : CLAUDIO RENGEL - SC019825
INTERES. : VALDIR JOSE NOVAIS
ADVOGADO : EDSON CARLOS NEVES NOGUEIRA - SC014323
INTERES. : JEAN LEONARDO DE SOUZA MORAES
ADVOGADO : EDUARDO PIEPER - SC033363
INTERES. : DSG INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS - EIRELI

Superior Tribunal de Justiça

ADVOGADO : GUILHERME CYMBALISTA GONÇALVES - PR049229
INTERES. : AZARIAS DIAS
ADVOGADO : LAÉRCIO JOSÉ PEREIRA - SC003313
INTERES. : DIEGO GONÇALVES DA SILVA
ADVOGADO : ANDRÉ VINÍCIUS QUINTINO - SC030876
INTERES. : I.B.F. INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FERROLIGAS LTDA
ADVOGADO : LEANDRO LORDELO LOPES - SP252899
INTERES. : LSM BRASIL S.A
ADVOGADO : MARCOS AUGUSTO LEONARDO RIBEIRO - MG088304
INTERES. : LUIS ALEXANDRE VIDAL TEIXEIRA
INTERES. : TIAGO JOSE TORQUATO
ADVOGADO : RODRIGO OCTÁVIO ROSA DOS SANTOS - SC017710
INTERES. : SAO PAULO SERVICOS DE GERENCIAMENTO INFORMATIZADO
E LUBRIFICACAO DE PONTOS - EIRELI
ADVOGADO : ALEXANDRE CASTANHA - SP134501
INTERES. : VERA REGINA BON BARBOSA GOMES
ADVOGADO : LUDIHANA MELINA DAL-RI - SC037929
INTERES. : JOÃO RICARDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : JORGE MARINHO DE ARAÚJO FILHO - SC021909
INTERES. : MARCOS GUSTAVO ROSSONI DOS SANTOS
ADVOGADO : ROSANA FROGEL DOS SANTOS - SC029135
INTERES. : AUGUSTO HUMM
ADVOGADO : MARCUS VINICIUS KASTEN BAUER - SC038814
INTERES. : EVANDRO PEDRO VICENTE
ADVOGADO : RICARDO FARIAS VOLPATO - SC019764
INTERES. : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR : JOAO PAULO DE SOUZA CARNEIRO - SC020084
INTERES. : GLAUDIUS CONSULTORIA E GESTAO EMPRESARIAL S/S LTDA
ADVOGADO : AGENOR DAUFENBACH JUNIOR - SC032401
INTERES. : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADO : OMAR MOHAMAD SALEH - SP266486
INTERES. : OI S.A
ADVOGADO : WILSON SALES BELCHIOR - SC029708A
INTERES. : EDUARDO FILIPI
ADVOGADO : CLEVERSON ARAMIS INÁCIO - SC017571
INTERES. : MAURO BARBOSA
INTERES. : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : BÁRBARA REIS - SC020558

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO HOMOLOGADO, COM RESSALVAS, PELO JUIZ DA CAUSA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 282 DO STF. PREVISÃO DE SUPRESSÃO DAS GARANTIAS

FIDEJUSSÓRIAS E REAIS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DEVIDAMENTE APROVADO PELA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES. VINCULAÇÃO, POR CONSEQUENTE, DA DEVEDORA E DE TODOS OS CREDORES, INDISTINTAMENTE. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por WETZEL S.A., com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Santa Catarina assim ementado (e-STJ, fl. 103):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MODIFICATIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL HOMOLOGADO, COM RESSALVAS, PELO JUIZ DA CAUSA. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO, EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, RECONHECENDO A VALIDADE DE CLÁUSULA DO MODIFICATIVO AO PLANO EM RELAÇÃO AOS CREDORES ANUENTES. PREMISSA CONTIDA NO MODIFICATIVO AO PLANO PREVENDO A POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DE AÇÕES AJUIZADAS CONTRA TERCEIROS COOBRIGADOS. CLÁUSULA RESTRITIVA DE DIREITOS. VALIDADE CONDICIONADA À ANUÊNCIA EXPRESSA DO CREDOR EM ASSEMBLEIA GERAL. PREVISÃO, NO MODIFICATIVO AO PLANO, DE CLÁUSULA DETERMINANDO A BAIXA DE PROTESTOS E DE ANOTAÇÕES EM CADASTROS RESTRITIVOS EM RELAÇÃO AOS COOBRIGADOS. IMPOSSIBILIDADE. NOVAÇÃO OPERADA PELA HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE NÃO É EXTENSÍVEL AOS TERCEIROS COOBRIGADOS. RECURSO DESPROVIDO.

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 119-140), a agravante alegou violação aos arts. 489, § 1º, VI, do Código de Processo Civil de 2015; e 45, 49, § 2º, e 58 da Lei n. 11.101/2005; além de dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, deficiência na fundamentação, pois o Tribunal *a quo* não logrou demonstrar o motivo pelo qual o precedente suscitado não se aplicaria à presente hipótese, tampouco realizou a necessária distinção do caso para a superação do entendimento.

Ressaltou que a discussão se refere à possibilidade de o Plano de Recuperação Judicial prever a supressão das garantias fidejussórias, sendo uma liberdade

dos credores, por ser um direito disponível.

Asseverou que o Plano de Recuperação Judicial é um instrumento de natureza contratual, resultado de negociação livre entre devedores e credores. Dessa forma, defendeu que o controle realizado pelo Poder Judiciário é limitado aos aspectos legais, sem adentrar na esfera negocial.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo.

Contraminuta não apresentada.

Brevemente relatado, decido.

De plano, vale pontuar que os recursos em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Inicialmente, consoante análise dos autos, percebe-se que a apontada violação ao art. 489 do CPC/2015 não se sustenta, tendo em vista que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões que lhe foram submetidas, ainda que tenha decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Com efeito, o acórdão recorrido decidiu expressamente acerca da matéria controvertida de acordo com as provas carreadas aos autos, esgotando, assim, a prestação jurisdicional que lhe cabia.

Conforme assente na jurisprudência, o órgão julgador não é obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa das teses apresentadas. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução, o que foi feito no caso.

Nesse contexto, esta Corte já se manifestou no sentido de que "não há que se confundir decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação" (EDcl no AgRg nos EREsp 1.213.226/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, Corte Especial, julgado em 24/10/2016, DJe

22/11/2016).

A respeito do controle judicial de legalidade do plano de recuperação judicial aprovado pela assembleia geral de credores, constata-se que a matéria suscitada nas razões do recurso especial não foi objeto de debate pelo Tribunal de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração quanto a esse ponto, estando ausente o indispensável prequestionamento da questão, o que atrai a incidência das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Nesse sentido:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. CONTRATO BANCÁRIO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA, AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 282 DO STF. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO FIXADO PELA CORTE LOCAL COM BASE EM PREMISSAS FÁTICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Inaplicabilidade do NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que mesmo as matérias de ordem pública, cognoscíveis de ofício pelas instâncias ordinárias, devem ser prequestionadas de modo a viabilizar o acesso à via especial.

3. A prescrição submete-se ao princípio da actio nata, segundo o qual a prescrição se inicia quando possível ao titular do direito reclamar contra a situação antijurídica. Precedente.

4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo interno não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1541937/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)

No tocante à supressão das garantias fidejussórias e reais no plano de

recuperação judicial devidamente aprovado pela assembleia geral de credores e a vinculação, por conseguinte, da devedora e de todos os credores, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ, fls. 111-112):

Insiste-se: o item 7 do modificativo ao plano de recuperação judicial previu a possibilidade de suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas contra terceiros coobrigados durante o período de cumprimento do plano ("a", II), além da baixa de protestos e anotações em cadastros de restrição ao crédito ("b").

As premissas antes citadas foram afastadas na decisão concessiva da recuperação judicial e, após a oposição de embargos de declaração pela agravante, o juiz da causa reconheceu a validade "da cláusula 7 do plano de o recuperação, - no que diz respeito à suspensão das execuções contra coobrigados -, quanto aos credores que anuíram expressamente", conforme se lê no SAJ.

Apesar dos esforços da agravante, a decisão recorrida não merece O reparos. Afinal, a aprovação do plano de recuperação importa em novação dos créditos anteriores ao pedido de recuperação judicial, obrigando o devedor e os credores a ele sujeitos (artigo 59 da Lei n. 11.101, de 9.2.2005). Há, porém, o ressalva expressa acerca das garantias prestadas, de modo que "os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso" (artigo 49, § 1º, da Lei n. 11.101, de 9.2.2005).

A novação operada pela aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, portanto, não implica em renúncia às garantias da dívida, o nem mesmo em sua suspensão, de sorte que tais credores poderão desde logo executá-las. A questão encontra-se consolidada a partir do que foi decidido pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça por ocasião do julgamento do o recurso especial n. 1.333.349, de São Paulo, submetido ao rito do artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973, de relatoria do ministro Luiz Felipe Salomão: (...)

O entendimento antes exposto ficou consolidado na súmula n. 581 do Superior Tribunal de Justiça: "A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória."

Como se viu, a cláusula 7, "a", II, do modificativo ao plano previu a possibilidade de suspensão de demandas ajuizadas contra coobrigados em geral "durante o período de cumprimento do Plano". Logo, em se tratando de cláusula restritiva de direitos, a sua aplicação deve se restringir aos credores que com ela concordaram expressamente, motivo pelo qual se mostra acertada a decisão combatida.

Na Câmara, a propósito, assim já se decidiu: agravo de instrumento n. 4023340-66.2017.8.24.0000, de São Bento do Sul, de minha relatoria, j. em 12.7.2018.

O afastamento da cláusula 7, "b", do modificativo ao plano deve ser mantido. Assim se diz porque a novação decorrente da homologação

do plano de recuperação judicial não é extensível aos devedores solidários e coobrigados (artigo 49, § 1º, da Lei n. 11.101, de 9.2.2005), não se podendo falar em cancelamento dos protestos ou em baixa de anotações em órgãos de proteção ao crédito.

Conforme é possível verificar, a Corte estadual está em dissonância ao entendimento do STJ, no sentido de que a supressão das garantias reais e fidejussórias, tal como previsto no plano de recuperação judicial aprovado pela assembleia geral, como parte integrante das tratativas negociais, vincula todos os credores titulares de tais garantias. Naturalmente, caso não se implemente o plano de recuperação judicial, tal como aprovado, "os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originariamente contratadas" (art. 61, § 2º, da Lei n. 11.101/2005).

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. CONTROLE JUDICIAL DE LEGALIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APROVADO PELA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES. POSSIBILIDADE, EM TESE. PREVISÃO DE SUPRESSÃO DAS GARANTIAS FIDEJUSSÓRIAS E REAIS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DEVIDAMENTE APROVADO PELA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES. VINCULAÇÃO, POR CONSEQUENTE, DA DEVEDORA E DE TODOS OS CREDITORES, INDISTINTAMENTE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Afigura-se absolutamente possível que o Poder Judiciário, sem imiscuir-se na análise da viabilidade econômica da empresa em crise, promova controle de legalidade do plano de recuperação judicial que, em si, em nada contemporiza a soberania da assembleia geral de credores. A atribuição de cada qual não se confunde. À assembleia geral de credores compete analisar, a um só tempo, a viabilidade econômica da empresa, assim como da consecução da proposta apresentada. Ao Poder Judiciário, por sua vez, incumbe velar pela validade das manifestações expendidas, e, naturalmente, preservar os efeitos legais das normas que se revelarem cogentes.

2. A extinção das obrigações, decorrente da homologação do plano de recuperação judicial encontra-se condicionada ao efetivo cumprimento de seus termos. Não implementada a aludida condição resolutiva, por expressa disposição legal, "os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originariamente contratadas" (art. 61, § 2º, da Lei n. 11.101/2005).

2.1 Em regra, a despeito da novação operada pela recuperação judicial, preservam-se as garantias, no que alude à possibilidade de seu titular exercer seus direitos contra terceiros garantidores e impor a manutenção das ações e execuções promovidas contra fiadores, avalistas ou coobrigados em geral, a exceção do sócio com

responsabilidade ilimitada e solidária (§ 1º, do art. 49 da Lei n. 11.101/2005). E, especificamente sobre as garantias reais, estas somente poderão ser supridas ou substituídas, por ocasião de sua alienação, mediante expressa anuência do credor titular de tal garantia, nos termos do § 1º do art. 50 da referida lei.

2.2 Conservadas, em princípio, as condições originariamente contratadas, no que se insere as garantias ajustadas, a lei de regência prevê, expressamente, a possibilidade de o plano de recuperação judicial, sobre elas, dispor de modo diverso (§ 2º, do art. 49 da Lei n. 11.101/2009).

3. Inadequado, pois, restringir a supressão das garantias reais e fidejussórias, tal como previsto no plano de recuperação judicial aprovado pela assembleia geral, somente aos credores que tenham votado favoravelmente nesse sentido, conferindo tratamento diferenciado aos demais credores da mesma classe, em manifesta contrariedade à deliberação majoritária.

3.1 Por ocasião da deliberação do plano de recuperação apresentado, credores, representados por sua respectiva classe, e devedora procedem às tratativas negociais destinadas a adequar os interesses contrapostos, bem avaliando em que extensão de esforços e renúncias estariam dispostos a suportar, no intento de reduzir os prejuízos que se avizinham (sob a perspectiva dos credores), bem como de permitir a reestruturação da empresa em crise (sob o enfoque da devedora). E, de modo a permitir que os credores ostentem adequada representação, seja para instauração da assembleia geral, seja para a aprovação do plano de recuperação judicial, a lei de regência estabelece, nos arts. 37 e 45, o respectivo quorum mínimo.

4. Na hipótese dos autos, a supressão das garantias real e fidejussórias restou estampada expressamente no plano de recuperação judicial, que contou com a aprovação dos credores devidamente representados pelas respectivas classes (providência, portanto, que converge, numa ponderação de valores, com os interesses destes majoritariamente), o que importa, reflexamente, na observância do § 1º do art. 50 da Lei n. 11.101/2005, e, principalmente, na vinculação de todos os credores, indistintamente.

5. Recurso especial provido.

(REsp 1532943/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 10/10/2016)

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE RECUPERAÇÃO APROVADO. NOVAÇÃO DE CRÉDITOS ANTERIORES AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE Esvaziamento, substituição ou supressão de garantias reais (penhora agrícola de safras). HARMONIZAÇÃO ENTRE O ART. 50, §1º, DA LEI 11.101/05 E O ART. 1443 DO CÓDIGO CIVIL.

1. Discussão vertida no curso de processo de recuperação judicial grupo econômico (Grupo Alta Paulista) especializado na produção e comercialização de açúcar e álcool extraídos das lavouras de

cana-de-açúcar.

2. Polêmica em torno do garantia real consubstanciada em penhor agrícola de safras de cana-de-açúcar, produtos e subprodutos, relativa à colheita de 2011/2012.

3. A finalidade da recuperação judicial é permitir o soerguimento da empresa atingida por dificuldades.

4. Perderia o seu sentido o processo de recuperação de sociedades empresárias em dificuldades financeiras se os créditos abarcados pela recuperação restassem ileso a alterações.

5. A lógica do sistema de recuperação é singela, atribuindo-se a maioria de credores, conforme o volume de seus créditos, a decisão acerca de seu destino.

6. O interesse dos credores/contratantes, no curso de processo recuperacional, é preservado pela sua participação na assembleia geral, quando então poderão aquiescer com a proposta, se lhes for favorável, alterá-la parcialmente, ou remodelá-la substancialmente, desde que a maioria e o devedor com isso consinta e a proposta não venha a afetar apenas aqueles que da assembleia não participaram.

7. Nesse panorama, deve-se preservar o plano de recuperação.

8. Preservação não apenas dos interesses dos credores, mas também das próprias garantias contratadas, fazendo, na espécie, aplicar-se o art. 1443 do CCB, cuja incidência não ofende o quanto disposto no §1º do art. 50 da Lei 11.101/05, já que não se estará a substituir o penhor agrícola das safras, nem a suprimi-lo, restando a garantia hígida, acaso sobrevenha o insucesso da recuperação.

9. Impedir a empresa em recuperação de transformar as suas colheitas no produto que será objeto de renda para o pagamento das suas diuturnas obrigações, e de cumprir os contratos consoante esquematizado no plano, apenas malograria o objetivo principal da recuperação.

10. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp 1388948/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 08/04/2014, sem grifos no original)

Na hipótese dos autos, como assinalado, a supressão das garantias real e fidejussórias ficou estampada expressamente no plano de recuperação judicial, que contou com a aprovação dos credores devidamente representados pelas respectivas classes, o que importa, reflexamente, na observância do § 1º do art. 50 da Lei n. 11.101/2005, e, principalmente, na vinculação de todos os credores.

Diante do exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de afastar a restrição imposta pelas instâncias precedentes, de modo a reconhecer que a "cláusula 7", inserta no plano de recuperação judicial aprovado pela

Superior Tribunal de Justiça

assembleia geral, deve ser observada pela devedora e todos os credores, indistintamente.

Publique-se.

Brasília, 1º de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator